

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOSÉ RICARDO LOPES MALVAR

AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS NO BRASIL

Rio de Janeiro

2009

CC JOSÉ RICARDO LOPES MALVAR

AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS NO BRASIL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: Prof^a Sabrina Evangelista Medeiros, D.Sc.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2009

Dedico este trabalho aos meus Pais pelo apoio constante e irrestrito, a minha esposa Christiane aos meus filhos Thiago e João Pedro, pelo apoio e compreensão necessários para que eu pudesse superar mais uma fase em busca do meu aperfeiçoamento e sucesso profissional.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser realizado sem a ajuda de diversas pessoas às quais presto minha homenagem:

O primeiro agradecimento que aqui quero dedicar é a Deus: Obrigado Senhor, pelo dom da vida e pela oportunidade de estar aqui.

À minha orientadora Prof. Dr.^a. Sabrina Evangelista Medeiros, pelos ensinamentos, apoio, colaboração e sugestões.

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio nesta dura caminhada que já duram 24 anos.

À minha esposa Christiane, pelo amor, apoio, compreensão e paciência.

Aos meus filhos Thiago e João Pedro, pelo entendimento deste período de ausência, apesar de muitos pequenos.

RESUMO

Este trabalho teve como finalidade apresentar as Teorias Geopolíticas brasileiras, sua influência na América do Sul e principalmente no Estado brasileiro, com as observações dos fatos, as ações políticas e econômicas acontecidas no passado e no presente, onde alguns ricos elementos facilitam a análise da situação do País na atualidade, permitindo antecipar quais são as principais ações a serem desenvolvidas no campo da política interna e externa. Para tal, este estudo enfocou alguns pensamentos e teorias dos geopolíticos brasileiros, como: Meira Matos, Mário Travassos, Lysias Rodrigues, Golbery do Couto e Silva, e Therezinha de Castro. No transcorrer deste estudo, foi mencionada a política externa brasileira que sempre empreendeu uma postura defensiva, conciliadora e a autonomia da paz entre os povos. Como finalidade deste estudo, visualizamos que o Estado que obtiver o domínio dos dois paradigmas sul-americanos, ou seja, Bacia Amazônica e Bacia do Prata, terá o domínio do Subcontinente Austral.

Palavras-chave: Bacia Amazônica. Bacia da Prata. Brasil. Estado brasileiro. Geopolítica. sul-americano. Política Externa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	GEOPOLÍTICA	8
2.1	História da Geopolítica Moderna	8
2.2	Definição de Geopolítica	9
2.3	Os Predecessores	10
2.4	A Geopolítica Brasileira	11
2.5	Conclusão Parcial	17
3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18
3.1	A Geopolítica na Política Externa Brasileira	18
3.2	Conclusão Parcial	19
4	CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

O panorama político-estratégico na América do Sul passa na atual conjuntura por uma série de mudanças. Assim, para o Brasil, este é um fator fundamental, pois não se pode ignorar as duas Bacias da América do Sul - A Bacia Amazônica e a Bacia do Prata - Nas quais as duas desaguam em pleno Atlântico Sul com a quase totalidade de seu domínio brasileiro.

O Estado brasileiro, que há muito tempo vem buscando maior inserção e participação nas decisões do contexto sul-americano, vem firmando-se como um candidato ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e financeiro da América do Sul. A adesão ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL¹) consubstancia a atual tendência da regionalização² e globalização³ nas relações entre países vizinhos, agrupando-os em blocos econômicos para fortalecerem suas economias e negociarem de maneira conjunta com os demais mercados mundiais. Esta atitude, tomada pelo Estado brasileiro, pode suscitar dúvidas se não houver como sobreviver negociando diretamente com os demais mercados, e assim alcançar maiores índices de crescimento financeiros, contando tão somente com seu potencial interno (recursos naturais, mão-de-obra, tecnologia e etc.). O Estado brasileiro, em um mundo globalizado, fatalmente não teria força política na defesa de seus interesses.

A integração do Subcontinente Austral sob a influência do Brasil, pela sua projeção e importância geopolítica, depende:

- da formulação consciente e adequada de uma política externa⁴ eficaz na identificação das suas próprias potencialidades e dos Estados vizinhos;
- da minimização dos antagonismos regionais históricos que impedem a cooperação e a condução perspicaz do processo baseado na reconhecida competência da diplomacia nacional; e

¹ MERCOSUL, integração econômica com característica de uma União Aduaneira, na qual são praticadas tarifas de importação e exportação comuns, a livre circulação de mercadorias, capitais e serviços, salvo pessoas. Países membros do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, Estados associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru e Estado observador: México.

² Sistema de mobilização política de grupos dominantes de uma região em defesa de interesses específicos frente a grupos dominantes de outras regiões, no qual podem ser divididos em poder central e regional.

³ Processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo, onde as pessoas, os governos e as empresas trocam idéias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta.

⁴ Política externa é o conjunto de objetivos políticos que um determinado Estado almeja alcançar nas suas relações com os demais países do mundo. A política externa costuma ser planejada de modo a procurar proteger os interesses nacionais de um país, em especial sua segurança nacional, prosperidade econômica e valores. A consecução de tais objetivos pode ser obtida por meios pacíficos (Cooperação internacional) ou violentos (agressão, guerra e exploração).

- do comportamento conciliador dos brasileiros e da aplicação do seu poder brando ou “Soft Power”⁵.

O tema desta monografia foi selecionado pela Escola de Guerra Naval (EGN), visando atender ao requisito de conclusão de final do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS 2009). O tema ficou assim definido: Questões Geopolíticas Contemporâneas da América da Latina.

Direcionado pelo universo do tema definido pela EGN, esta monografia, depois de delimitado, buscou identificar os fatores relacionados ao Estado brasileiro, onde este estudo procurou focar os tópicos relacionados às Teorias Geopolíticas no Brasil.

O presente trabalho terá como objetivo analisar as definições geopolíticas, os princípios geopolíticos contemporâneos brasileiros, bem como as suas respectivas evolução e comparação com alguns exemplos praticados pela política interna e externa brasileira.

A coleta de dados deu-se através de bibliografia documental e através de técnicas diretas com oficiais e professores especializados no assunto.

Fundamentado nas teorias e dados coletados, discutidos e interpretados, o pesquisador concluiu a pesquisa demonstrando os conhecimentos a que chegou em relação ao problema investigado e aos objetivos propostos.

A etapa final consiste na elaboração do relatório da pesquisa monográfica, que além desta introdução, apresenta o capítulo 2, o qual trata da geopolítica, o capítulo 3, que aborda a geopolítica na política externa brasileira e o capítulo 4, finalizando as conclusões do estudo.

⁵ “Soft Power” ou poder brando significa a atração ideológica e cultural exercida por um país sobre outro, “levando os outros a quererem o que você quer”, segundo Joseph S. Nye Jr.

2 GEOPOLÍTICA

A geopolítica será estudada como ciência geral teórica e como ciência particular de aplicação.

Como geopolítica teórica, consta de um dos ramos da ciência Política que se formou pela interação em movimento de três ramos de conhecimentos: a Geografia, a Política e a História, e assim, será entendida como o estudo dos processos políticos que ocorrem em solo dos Estados, sob a inspiração da História. Como ciência particular de aplicação, seu estudo pode ser direcionado para algum setor que pode ser constituído por um único Estado, um grupo de Estados ou até um Continente integral.

Em Meira Mattos, O fato histórico está sempre relacionado a dois fatores: espaço e tempo. O espaço geográfico, na modernidade, como vimos, recebeu variados artefatos artificiais que facilitaram a operacionalidade do homem-político, entretanto, quanto à sua forma e posição, não mudou. Mesmo a maioria do espaço político territorial das nacionalidades já formadas na virada do século XIX para o XX (época em que a teoria Geopolítica foi formulada), como a França, Inglaterra, Itália, Estados Unidos, China, Japão, Brasil, Argentina, Alemanha, pouco mudou. O que mudou enormemente foi o fator tempo, o fator do acontecer. (MATTOS, 2007, p. 30).

Uma forma de estudar a geopolítica brasileira e sua influência na América do Sul é observar os fatos, as ações políticas e econômicas acontecidas no passado e no presente, onde ricos elementos facilitam a análise da situação do País na atualidade e permite antecipar quais são as principais ações a serem desenvolvidas no campo da política interna e externa.

Para melhor entender alguns aspectos teóricos do que vem a ser geopolítica, e especialmente a geopolítica brasileira, principalmente na região sul-americana, julga-se importante trazer à memória as raízes da geopolítica e fazer uma breve reflexão acerca dos pensamentos e das principais teorias formuladas por alguns dos mais importantes estudiosos do assunto no Brasil.

Com o propósito de tornar o presente trabalho mais conciso, serão abordadas as teorias geopolíticas dos geopolíticos brasileiros, elaboradas em um contexto no qual chamamos de “geopolítica da atualidade” que contempla fatores e elementos que influenciam o relacionamento entre Estados.

2.1 História da Geopolítica Moderna

Friedrich Ratzel é considerado o precursor da geopolítica mundial, embora na verdade nunca tivesse utilizado essa expressão. Considerava o Estado como um ser vivo, onde

a conquista do espaço depende da visão de domínio de espaço por parte dos estadistas e da mobilidade e adaptabilidade do povo, ou seja, o Estado pode crescer, decrescer e morrer como ser vivo. Somente uma potência pode desempenhar papel preponderante na política mundial. Esse conceito forma a Teoria Organicista⁶. (TOSTA, 1984, p. 7-12).

O verbete geopolítica foi empregado pela primeira vez por Rudolph Kjellen, em uma conferência universitária realizada em 1899, em seu famoso trabalho “O Estado como forma de vida”, que foi publicado em 1916 com a definição de “Geopolítica”. Além de ter contribuído de forma destacada para o desenvolvimento e divulgação da geopolítica, também concorreu para a deformação dos verdadeiros propósitos desse novo ramo de conhecimentos e para o estabelecimento de uma confusão em torno da verdadeira acepção do vocabulário, ou seja, dizia que a geopolítica ultrapassava a geografia política, pois era dinâmica e prospectiva. (TOSTA, 1984, p. 24 e 25).

Assim, temos os termos Geografia Política e Geopolítica, aos quais se atribuem as seguintes diferenças: A primeira é a ciência que aborda a questão geográfica e o território no seu modo estático, enquanto que a segunda é a ciência que estuda a interação dinâmica da Política, Geografia e História, pois a mesma transpassava a geografia política, pois era prospectiva e dinâmica.

Desde a Antigüidade, diversos soberanos como Dário I, da Pérsia, e Alexandre Magno, da Macedônia, ao estruturarem seus impérios, dedicaram-se ao estudo da geografia local, com enfoque no conhecimento do meio, como elemento fundamental para atingir seus propósitos. No passado, geógrafos e filósofos gregos já inseriam em seus trabalhos diversas idéias que no futuro seriam tituladas como idéias geopolíticas. Aristóteles (384 a 322 a.C.) observava a estreita dependência da ciência política com a geografia. Ele considerava o Estado como a instituição suprema que deveria promover o bem-estar humano; afirmava, também, que o homem, por natureza, era um animal político e que o Estado não era um produto artificial das ambições de poucos ou desejos de muitos. Ainda, sustentava que o Estado tinha raízes nos instintos do próprio homem e que a vida civilizada era impossível fora de seus limites. (TOSTA, 1984, p. 1).

2.2 Definição de Geopolítica

O termo geopolítica teve origem na necessidade de explicitar-se a diferença entre a geografia física e a geografia política, bem como a influência da História na relação das Nações e nas relações de poder entre os Estados, sendo assim, pode-se sintetizar que a

⁶ Teoria que estabelece identidade entre as sociedades humanas e os organismos biológicos.

geopolítica como sendo a aplicação da política sob os espaços geográficos, baseado na história do Estado.

Em (MATTOS, 2007, p. 29), atribui-se o seguinte significado para o termo Geopolítica: “É o ramo da Ciência Política que se formou pela interação dinâmica de três ramos de conhecimento: A Geografia (espaço físico), a Política (aplicação do poder à arte de governar) e a História (experiência humana).”

Os estudos levados a cabo sobre estas ciências por seus estudiosos verificaram que havia uma correlação de causas e efeitos entre os elementos de cada uma delas, apresentando um resultado um pouco diferente do simples somatório das partes.

2.3 Os Predecessores

Antes mesmo que o surgimento das teorias e dos pensamentos geopolíticos brasileiros adquirissem um evidente sentido do conhecimento científico, através da teorização das observações relativas à interação homem-espaço, no final do século XIX, existia, à respeito do Brasil, um prognóstico prospectivo de pensadores dotados de visão política que previa um destino de grandeza para o nosso País.

O Embaixador Meira Penna, no seu livro *Política Externa apud* (MATTOS, 2007, p. 53):

A linha de Tordesilhas, marco inicial, imposição geopolítica sobre a qual se arcará a história colonial do Brasil, determina a configuração da nossa política externa. Tordesilhas é este o primeiro, em ordem cronológica e em importância histórica, dos alicerces sobre os quais se assentará nossa vida internacional. Representa as relações com a Espanha, isto é, os domínios a oeste da linha, os quais irão, mais tarde, constituir as repúblicas nossas vizinhas. Tordesilhas é o problema de fronteiras problema sempre prioritário em toda ação diplomática e tacitamente colocado ao realizar-se o descobrimento. Logo em seguida, quase que imediatamente após a colocação do marco cabralino, anuncia-se o segundo elemento fundamental dessa política: o problema da segurança da orla marítima.

Dentre os predecessores podemos destacar: O historiador português Gabriel Soares de Souza, o qual afirma em seu livro *In Tratado Descritivo do Brasil Proemio*, ser capaz de construir um grande Império soberano com poucas despesas. Outro predecessor, José Bonifácio, produziu um documento denominado “Lembranças e Apontamentos”, que divulgava, como principal preocupação, a preservação da unidade nacional, revelando uma extraordinária visão geopolítica de nossa territorialidade, e defendia a tese de interiorização da capital do País (aproximadamente 200 km de Brasília), motivado principalmente pela

imensidão geográfica e pela característica continental-marítima, por motivo de defesa (fragilidade diante do poder marítimo de outras potências) e pela necessidade de uma administração central que se transformasse em pólo de atração das áreas periféricas. Como último predecessor, destacamos o brasileiro santista, Alexandre de Gusmão, considerado o inspirador do Tratado de Madri de 1750, qual legitimou as conquistas dos bandeirantes, até então contestadas pelos espanhóis, esboçando as nossas fronteiras políticas atuais. (MATTOS, 2007, p. 53-56).

2.4 Geopolíticos Brasileiros

O Brasil ocupa cerca de dois terços da área do continente sul-americano e suas terras possuem formato de relevo plano (planície e planalto), sem possuir grandes elevações, o que permite fácil instalação de estruturas responsáveis pela integração nacional (rodovias, ferrovias e aerovias). Seus rios fornecem grande potencial para a navegação, geração de energia, pesca e captação de água. O território está situado, em maior parte, na zona tropical do planeta. Seu clima é predominantemente quente e úmido e sofre fortes influências das massas oceânicas. Apenas uma pequena parte está situada na zona subtropical. Possui dimensão aproximada de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo o 5º maior país do mundo. As fronteiras terrestres medem aproximadamente 15.700 quilômetros e faz fronteira com 10 países sul-americanos. O vasto litoral com mais de 7.400 quilômetros, caracterizam a vocação para o mar do povo brasileiro. (MATTOS, 1984, p. 78-82).

A estruturação do pensamento geopolítico no Brasil toma corpo somente nos anos de 1920-1930, com grande parte do pensamento geopolítico no Brasil concentrado nas Escolas Militares, com destaque para Escola Superior de Guerra (ESG) e EGN, que tinham por primordial objetivo a qualificação de seus profissionais "militares" em elementos de estratégias de guerra que sempre detinham uma porção de conhecimento sobre o território. Grandes pensadores estavam ligados direta ou indiretamente com esta forma de produção do saber, dos quais merecem destaque, Golbery do Couto e Silva, Lysias Rodrigues, Mário Travassos, Meira Matos e Therezinha de Castro. É interessante salientar que grande parte da produção geopolítica dos militares esteve na pauta de execução do governo brasileiro durante o período de ditadura militar.

O Brasil possui, segundo as teorias geopolíticas clássicas, condições para ser uma das grandes potências mundiais: extenso território, elevada população, grande litoral,

abundantes recursos naturais, elevado potencial hidrelétrico, fronteiras bem definidas, coesão interna, capacidade industrial, capacidade militar e grande quantidade de mão-de-obra disponível, como inerentes à projeção do poder. (MATTOS, 1975, p. 77).

A seguir, destaca-se alguns pensamentos de geopolíticos brasileiros com suas teorias.

O geopolítico, General Meira Mattos⁷, afirma em suas teorias, que o Brasil possui condições de ser uma potência mundial, pois apresenta todas as condições geográficas e humanas para empreender um amplo Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social, visando todo território nacional, com prioridade para a Região Amazônica, respeitando a característica cultural do povo e por meio de uma ação conjunta com todos os países sul-americanos. A Importância da Segurança Nacional deveria crescer com o êxito do projeto “Calha Norte.”⁸

Quanto à defesa da Amazônia, esta merece especial atenção estratégica, pela sua extensão, riqueza e problemas ambientais que despertam o interesse internacional (área de interesse da sobrevivência da humanidade), que deve ser defendida por meio de diplomacia e de uma força de dissuasão estratégica, mantendo na região uma força combinada e adestrada para o combate na selva, pois, a Floresta Amazônica continua subdesenvolvida e isolada, oferecendo oportunidade para invasões estrangeiras ou conflitos internos.

A região Amazônica, que muitos com uma visão global chamam de Pan-amazônia⁹, impressiona pela estatística e contrastes expressos por ser uma realidade geográfica ímpar: representa a vigésima parte da superfície terrestre; quatro décimo da América do Sul; três quinto do Brasil; um quinto da disponibilidade mundial de água doce; e um terço das reservas mundiais de floresta latifoliadas. (MATTOS, 1980, p. 23).

Meira Mattos propôs para a região amazônica um plano estratégico multinacional para o desenvolvimento da região: (MATTOS, 2007, p. 74 e 75).

- selecionar a Amazônia Ocidental como área prioritária ao desenvolvimento;
- abordagem desta área, Amazônia Ocidental, partindo por três frentes: Partindo da foz e subindo o rio, do planalto central brasileiro e descendo dos Andes e do sistema guiano;

⁷ O General Meira Mattos escreveu o livro *A Geopolítica e as Projeções do Poder*.

⁸ O projeto “Calha Norte”, idealizado em 1985, visava o desenvolvimento social e econômico e a projeção das nossas fronteiras mais despovoadas e desguarnecidas da região amazônica e, ao mesmo tempo, estimular os contatos terrestres com os países vizinhos.

⁹ Pan-amazônia, é a imensa região do continente sul-americano que abrange nove países, e os seguintes Estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso.

- estimulando as áreas de conexão fronteiriça na Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Brasil; e
- estimular em toda Amazônia brasileira a execução de projetos e programas de transportes, navegação, construção de aeroportos, educação, saúde, saneamento básico, telecomunicação, agricultura e indústria.

Para reduzir tais problemas, defendeu a “marcha para o Oeste”, a fim de povoar e desenvolver o interior, a região Amazônica, bem como controlar as proximidades do “triângulo mágico” Santa Cruz de La Sierra (influência amazônica), Sucre (influência platina) e Cochabamba (influência andina) e a proteção das três rotas estratégicas oceânicas: corredor do Atlântico médio (passagem Natal-Dacar para o norte da África), cabo sul-africano da Boa Esperança (acesso ao petróleo do Golfo Pérsico) e, o estreito de Magalhães (rota mais segura para o Pacífico). Nestes dois últimos, o Continente Antártico tomou importância para o Brasil, por encontrar-se adjacente àquelas zonas de estrangulamento, exigindo uma maior presença na área. (MATTOS, 2007, p. 57 e 62).

A professora Pecequilo considera, assim, países líderes regionais: “São países pivôs, centrais em sua área de influência, destacando-se o Brasil, China, México, Nigéria e Índia. Referem-se a nações sem condições de consolidar uma maior atuação política mundial, limitando-se a uma área de influência regional.”

O Capitão Mario Travassos¹⁰, em suas teorias, lançou os fundamentos da geopolítica brasileira, traçando os rumos de uma política nacional destinada a levar o Brasil à posição de maior potência no Continente Sul-Americano. Destacou os antagonismos geográficos entre a bacia do Amazonas e do Prata, esta última, por meio de uma política de transportes, contrariou a tendência natural de atração da corrente hidrográfica do Rio do Prata, convergente para Buenos Aires, sobre as regiões sulistas interiores, onde foi criado os chamados “corredores de exportação”¹¹, trazendo para os nossos portos sulinos (Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande) o interesse econômico do nosso território platino, consolidando a nossa integração nas regiões Sul e Sudeste, tornando-se a mais importante base cultural e econômica da América Latina. (MATTOS, 2007, p. 57, 61 e 70).

¹⁰ O Capitão Mario Travassos na década de 1930 escreveu dois livros: *Projeção Continental e Introdução à política de Comunicações Brasileiras*.

¹¹ Corredores de exportação são definidos como um sistema integrado de transporte e armazenamento para escoamento de produtos de alta concentração e grandes volumes, de forma a agilizar seu escoamento para exportação ou mesmo consumo interno. Esses corredores são usados para o comércio através dos portos. Os corredores envolvem obras em sistemas de armazenamento, transportes e estrutura portuária, de forma a poder atender a um novo patamar de demanda. São caminhos para a navegação tanto marítima como hidroviária.

O Capitão Mario Travassos idealizou e propôs: (MATTOS, 2007, p. 56 e 57).

- uma articulação dos transportes sul-americanos por meio de conexões dos dois oceanos antagônicos do continente, Atlântico e Pacífico, sendo feita a transposição da Cordilheira dos Andes, nos Nudos¹², e ainda, anteviu a importância da aviação no transporte a longas distâncias e nos sistemas intermodais;

- a importância da política continental, sobre a influência do triângulo geopolítico boliviano (Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre), onde Sucre localizado próximo a um dos nudos possibilita que o poder continental sul-americano seja controlado por quem controlar esse triângulo;

- a conjugação das redes hidroviária, ferroviária e aérea, além de sugerir a criação de uma ligação entre todas as capitais do continente Sul-Americano pelo sistema aéreo, superando todos os obstáculos geográficos do continente;

- o transporte rodoviário para longas distâncias e a sua inclusão no sistema de articulação vial; e

- uma ferrovia até Santa Cruz de La Sierra, e daí, a Arica, articulando as regiões platina no Atlântico e região andina no Pacífico e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para o Paraguai.

As propostas e as idealizações geopolíticas sugeridas por Travassos, visando à articulação vial do território foram incorporadas aos projetos de governos que deram origem aos “corredores de exportação” mencionados acima.

Mario Travassos menciona a seguinte teoria para o triângulo boliviano:

O poder sul-americano que conseguir controlar esse triângulo-chave, região de convergência das três forças geográficas que o operam no subcontinente, dominará a política continentalista regional. Nessa região, encontram-se e poder-se-ão dar-se as mãos ou partir para a disputa. (MATTOS, 2007, p. 57).

O Brigadeiro Lysias Rodrigues¹³ deu importância, no seu estudo geopolítico, aos seguintes propósitos: (MATTOS, 2007, p.62 e 63).

- visualizou papel presente e futuro da aviação para o desenvolvimento das áreas afastadas e despovoadas de nosso território, principalmente a região limítrofe da Amazônia Ocidental e do Oeste do Brasil;

- preocupou-se com as fronteiras terrestres de nossos vizinhos amazônicos, em particular com as dos Estados europeus ocupantes das Guianas, pois os países sul-americanos,

¹² Nudos são áreas de abaixamento da cordilheira dos Andes onde temos os contatos entre as vertentes antagônicas do Atlântico e do Pacífico, separada pelo maciço andino.

¹³ O Brigadeiro Lysias Rodrigues condensou seus estudos geopolíticos no livro *Geopolítica do Brasil* (1947).

em sua maioria, estão restritos às posições próximas ao litoral, por ter sido o mar o principal meio de comunicações com os Estados colonizadores;

- defendeu uma política de interiorização do país com a mudança da capital do país, principalmente por razões militares, econômicas e político-sociais;

- incentivou a marcha para o oeste e para o norte com os desbravamentos dos nossos sertões e florestas, civilizando-os, transformando-os em riquezas para o país e uma redivisão territorial; e

- enfatizou o triângulo boliviano formado pelas cidades de Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre, região de concentrada riqueza petrolífera.

O Brigadeiro Lysias Rodrigues, conclui o seguinte pensamento sobre a geopolítica brasileira:

A liderança do Brasil, também se justifica plenamente, uma vez que o Brasil é na América do Sul, não só o país de maior área territorial, mas, o de maior população, o de maior capacidade potencial e o de maior projeção internacionalização política. (RODRIGUES, 1947, p. 120 e 121).

O General Golbery do Couto e Silva¹⁴ formulou sua teoria destacando que o Brasil possui uma ampla frente marítima e uma dilatada fronteira continental equidistantes em torno do eixo de simetria Norte-Sul e Leste-Oeste e faz a seguinte radiografia interna, na qual divide o Brasil em cinco áreas geopolíticas¹⁵, a fim de promover a ocupação do território e evitar as fronteiras vazias. (MATTOS, 2007, p. 63-65).

Diversos autores consideraram que Golbery exerceu forte influência na política praticada pelos sucessivos governos militares¹⁶, sua doutrina foi exercitada na prática e levada para o campo da segurança e desenvolvimento, onde também foi formulada a Doutrina de Segurança Nacional (defesa global das instituições – aspectos psicológicos, preservação do desenvolvimento e estabilidade política interna), incluindo também a preocupação com a agressão interna (infiltração e subversão ideológica).

¹⁴ O General Golbery do Couto e Silva condensou seus escritos no livro *Conjuntura Política Nacional*, lançado pela Editora José Olympio (1981).

¹⁵ As cinco áreas geopolíticas definidas por Golbery são as seguintes:

- a) Área geopolítica de reserva geral ou de manobra central, à qual pertencem os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e o sul de Goiás com o Distrito Federal;
- b) Ala norte, formada por estados do Nordeste;
- c) Ala sul, composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- d) Oeste, que engloba os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; e
- e) Amazônia, englobando os atuais estados do Amazonas, Pará, Acre, Tocantins, Amapá e Roraima.

¹⁶ Os governos militares propuseram a construção de uma rede de estradas estratégicas para o surgimento de pólos de desenvolvimento no interior; o aproveitamento dos recursos hídricos do País mediante a construção de enormes centrais hidroelétricas, assim como o incentivo à navegação interior; a criação de portos profundos como terminais de “corredores de exportação” provindos da Bolívia e do Paraguai.

O conceito de Defesa Nacional dá ênfase aos aspectos militares de segurança, incluindo e correlacionando aos problemas de agressão externa, sendo a noção de Segurança Nacional mais abrangente.

O termo Segurança Nacional, é definido por Golbery da seguinte maneira: “O grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução a salvaguarda de seus objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis.” (SILVA, 1981, p. 155).

Golbery mostrou-se também preocupado com a preservação da unidade nacional e defendia a tese de interiorização da capital do País, em face da nossa imensidão geográfica, da característica continental marítima, do motivo de auto-defesa (fragilidade diante do Poder Marítimo de outras Nações) e da necessidade de uma administração central que se transformasse em pólo de atração.

A Professora Therezinha de Castro¹⁷ integrou o Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e exerceu influência significativa na orientação dos estudos no campo da geopolítica. Destacou-se na geoestratégia do Atlântico Sul, tendo importante influência na estratégia de ocupação da Antártica, integração do Cone Sul (Região do Prata), Bacia do Caribe e os problemas amazônicos.

Therezinha de Castro foi a geopolítica pioneira em defender a necessidade de o Brasil instalar uma base de pesquisa no Continente Antártico (Comandante Ferraz), haja vista a importância estratégica em função de sua posição de defrontação com todo Hemisfério Sul e por suas imensas reservas minerais e de água. Reivindicava que o Brasil participasse da divisão territorial da Antártica, defendendo o seu direito pelo princípio de defrontação, que já fora aplicado anteriormente no caso do território Ártico. (MATTOS, 2007, p. 66-68).

Therezinha de Castro em, “América do Sul: Vocação geopolítica”¹⁸, afirma:

A vocação geopolítica da América do Sul, no Hemisfério marítimo onde se posiciona, é bem marcada por sua geografia. A região de planície forma uma espécie de semicírculo com duas pontas centradas nos estuários do Prata/Amazonas. Os Andes na retaguarda, o Planalto das Guianas ao norte e o da Patagônia ao sul emolduram esse semicírculo, enquanto o Planalto Central ou Brasileiro se impõe como plataforma giratória entre as duas portas de entrada no continente. Pela disposição tanto a Bacia do Orenoco e, sobretudo, a Platina e Amazônica se constituem em área de atuação geopolítica e geoeconômica dentro da esfera exclusiva do Atlântico. Vocação atlântica ainda não explorada pelo altiplano Boliviano a despeito de se manter hidrograficamente nessa vertente oceânica, por ter, como o Brasil,

¹⁷ Principais livros publicados pela Professora Therezinha de Castro na área de geopolítica: *O Brasil da Amazônia ao Prata, Rumo à Antártica* e *Geopolítica Princípios, Meios e Fins*.

¹⁸ Disponível em: <http://www.esg.br/cee/artigos/tcastro1.pdf>.

seu território integrado na Bacia Amazônica e Platina. O Brasil com o Uruguai e Argentina, integrados na região natural Atlântica, se beneficia do melhor posicionamento nesse oceano. Mas o Brasil, que alia o seu posicionamento à presença, é o único país do continente sul-americano a contactar-se com as demais regiões naturais, como múltiplo vetor.

2.5 Conclusão Parcial

Nos principais pensamentos dos geopolíticos brasileiros manifestados neste último século, encontramos alguns pensamentos coincidentes entre as proposições de vários pensadores. Dentre os pensamentos geopolíticos brasileiros comuns, está o que menciona: Tanto no passado como no presente preservamos a ideia que o Estado brasileiro possui todas as condições geográficas, políticas e humanas para se tornar uma grande potência econômica e mundial.

De um modo geral, foi vislumbrada por nossos pensadores geopolíticos, tanto no passado recente e na atualidade, uma política de interiorização, tanto da capital do Estado, como da posse da imensa massa continental inexplorável e despovoada do nosso país. Outros pensamentos coincidentes são desenvolvidos pela importância do desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico, para todo o território nacional. Existem, ainda, a defesa da região amazônica, o interesse econômico do nosso território platino, a integração territorial das regiões, a segurança externa e interna (região Amazônica) e uma presença estratégica no Atlântico Sul, com o domínio e o controle de nosso mar territorial¹⁹ e zona econômica exclusiva²⁰.

Após uma breve história da geopolítica brasileira, foram comentados alguns pontos de vista dos principais geopolíticos e terminando com uma conclusão parcial. Assim, será abordada no próximo capítulo a geopolítica na política externa brasileira.

¹⁹ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) artigos 2º e 3º, menciona que a soberania do Estado costeiro sobre o seu território e suas águas interiores, estende-se a uma faixa de mar adjacente – mar territorial – com dimensão de até 12 milhas marítimas (uma milha marítima = 1.852 metros) a partir das linhas de base. No mar territorial, o Estado costeiro exerce soberania ou controle pleno sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente, bem como sobre leito e o subsolo deste mar.

²⁰ “A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente [...]” (CNUDM, artigo 55) e “[...] não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial” (CNUDM, artigo 57).

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A política externa brasileira realizada, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sempre empreendeu uma postura defensiva, conciliadora e favorável a autonomia da paz entre os povos, assim a diplomacia brasileira tem procurado a utilização do poder brando ou “Soft Power” brasileiro nas suas relações com seus Estados vizinhos, para conquista da liderança na América do Sul. (STEVAUX, 2007).

Por outro lado, sempre foi visível a não exploração do setor externo para subsidiar o desenvolvimento e a autonomia socioeconômica brasileira, fazendo com que a política externa perdesse seu caráter conjuntural dominador.

3.1 A Geopolítica na Política Externa Brasileira

Entendida a essência da teoria geopolítica, com seus principais pensadores, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, passaremos a abordar os principais atos que envolvem a política externa brasileira, considerados importantes, que possuem uma base geopolítica ou geoeconômica que exemplifiquem e comprovem a elucidação e a validade das teorias geopolíticas na atualidade.

Conforme previsto por vários teóricos brasileiros, o destino geopolítico do Brasil é tornar-se líder na América do Sul e ser uma das grandes potências mundiais. O Brasil com suas grandes dimensões continentais, abundantes riquezas naturais, relativo desenvolvimento industrial e outros fatores geopolíticos relevantes (Bacia Amazônica e Bacia do Prata), quando comparado com a vizinhança Sul Americana, apresenta predisposição para assumir esta liderança.

Pecequilo (2004, p. 228-229, grifos nosso) descreve:

Em termos condicionantes físicas e geográficos, a posição do Brasil não se alterou certamente, mantendo-se sua **relevância no Cone Sul e na América do Sul**. Contudo, no hemisfério e no mundo, estamos ainda através da hegemonia dos EUA e de muitas outras potências regionais como a União Européia e o Japão, e em situação de quase igualdade com países como China, México, Índia, e uma Rússia em transição. Ou seja, ainda que estejamos em situação de vulnerabilidade política e econômica por um lado, por outro, existem espaços de manobra e alianças que podem ser aproveitadas e forjadas com iniciativa e liderança.

O Brasil tem procurado liderar este grupo de nações em desenvolvimento em diversas questões referente à busca de uma inserção mais justa e equilibrada destas potências no sistema internacional. Iniciativas, como o **G3 (Brasil, Índia e África do Sul)** e do G20 para pressionar as nações desenvolvidas em negociações políticas e comerciais.

Porém, o governo brasileiro não se vê explorando todas as potencialidades do Estado e nem implantando medidas concretas, seja no âmbito interno, sem uma reformulação e sem um fortalecimento da infraestrutura estatal, seja também no âmbito externo, não adotando uma postura que atenda prioritariamente aos interesses nacionais, como os acontecimentos recentes no caso do gás boliviano e da energia de Itaipu com o Paraguai. (STEVAUX, 2007).

Segundo a Tese do professor Hans Morgenthau, a maioria dos pesquisadores concorda, em termos gerais, com os fatores essenciais que caracterizam uma potência, de acordo com o conceito internacional. São os seguintes: “amplo território, abundância de recursos naturais, capacidade industrial, eficiência militar, população numerosa e apta, caráter nacional, moral nacional e aptidão diplomática.” (MATTOS, 1984, p. 43).

Pelas razões geopolíticas e por alguns fatos apresentados, a projeção internacional do Brasil na América do Sul, deve seguir algumas ações:

- redução gradual da vulnerabilidade externa brasileira nas áreas econômica, comercial e financeira (os últimos governos do Brasil implementam várias ações para reduzir esta vulnerabilidade), tecnológica, industrial e militar;
- dotar as nossas Forças Armadas com um poder militar moderno, adestrado e aprestado, com uma capacidade dissuasória adequada a estrutura geográfica do Brasil, a fim de torná-lo membro permanente de uma cadeira na Organização das Nações Unidas (ONU) e atender o desenvolvimento da região amazônica, meio ambiente e sua biodiversidade; e
- articular a formação de outros blocos econômicos, com o já existente na América do Sul: MERCOSUL, Área de Livre Comércio das Américas²¹ (ALCA), Comunidade Andina de Nações²² (CAN) e outros, visando ao desenvolvimento da região e a redução das desigualdades.

3.2 Conclusão Parcial

O Brasil possui condições para vir a ser uma grande potência na América do Sul e a nível mundial, sendo necessário melhorar o seu desempenho administrativo e aumentar o

²¹ Acordo comercial idealizado pelos Estados Unidos. Este acordo foi proposto para todos os países da América, exceto Cuba, segundo o qual seriam gradualmente derrubadas as barreiras ao comércio entre os estados-membros e prevê a isenção de tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países associados.

²² Bloco econômico sul-americano formado pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (Venezuela deixou o bloco). O bloco foi chamado Pacto Andino até 1996 e surgiu em 1969 com o Acordo de Cartagena. A cidade sede do bloco é Lima, no Peru.

seu desenvolvimento social e econômico. O Brasil precisará de uma força militar de dissuasão estratégica capaz de desencorajar possíveis tentativas de invasão sobre o seu território, a fim de afastar ambições internacionais pelo seu imenso patrimônio geográfico e suas grandes riquezas. Além do mencionado, o Brasil terá que se apoiar numa diplomacia firme e convincente na busca da defesa de suas aspirações e objetivos.

A diplomacia brasileira, realizada por intermédio do MRE, defende uma postura defensiva, conciliadora e harmoniosa, caracterizando a utilização do “Soft Power” brasileiro e a condição do Estado brasileiro em um “Estado Satisfeito”, que conduz a política externa brasileira em uma política pacifista.

A política externa brasileira está muito aquém das ações e decisões que o Estado brasileiro tomou no passado recente. Atualmente, o Brasil está em busca da ampliação do mercado externo com outros países e blocos econômicos.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica e documental realizada na área estudada possibilitou identificar as teorias geopolíticas para o Brasil e propor a efetiva e principal teoria aplicada no contexto contemporâneo na geopolítica brasileira, objetivo do presente estudo.

Assim, como conclusões deste estudo, foram resumidas várias teorias sobre geopolíticas e o desenvolvimento da política externa brasileira, as quais, com certeza, não esgotam o assunto, mas demarcam a situação da geopolítica brasileira contemporânea. Certamente, em um cenário continental diferente, estas variáveis também se alterarão.

Em síntese, depreende-se ao encerrar este trabalho que o pensamento geopolítico brasileiro baseia-se em um posicionamento desenvolvimentista do espaço interno, enquanto que a política externa conduz-se por uma atuação integracionista, pacifista e autônoma do “Soft Power” na região da América do sul.

Durante este trabalho, alguns conceitos e teorias geopolíticas foram apresentados, com o objetivo de um entendimento melhor sobre o assunto, bem como demonstrar a importância que é dada ao assunto geopolítico e as relações geopolíticas sul-americanas, onde, atualmente, busca-se continuamente uma diplomacia brasileira, por intermédio do MRE, que tem procurado viabilizar uma postura independente e uma liderança regional do Brasil de forma autônoma. A utilização do “Soft Power” brasileiro nas suas relações com seus vizinhos tem sido a estratégia visualizada pelos homens de Estado para a conquista da referida liderança.

O convívio harmonioso e a manutenção de um ambiente pacífico caracterizam a condição do Estado brasileiro em um “Estado Satisfeito”, de acordo com o pensamento geopolítico nacional, e conduz a política externa em uma política pacifista. A formação e visão antropológica do povo brasileiro, resultado da união de várias raças e dos colonizadores portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e muitos outros viabilizam a identificação do Subcontinente Austral como uma região de paz, onde não prevalecem os conflitos, mas sim, as negociações e arbitragens a nível regional suficientes para equacioná-los. A adoção de uma postura diplomática pacifista apoiada na história das relações internacionais brasileiras, busca a convivência continental harmoniosa e pacífica dentro de uma análise que o localiza distante dos grandes conflitos armados e das conturbações internacionais, induzindo a diplomacia brasileira à adoção do poder brando ou “Soft Power”.

Finalmente, podemos concluir que o pensamento geopolítico brasileiro foi influenciado pelas teorias contemporâneas ou apoiadas em paradigmas e tem procurado

perceber as melhores e mais adequadas medidas a serem adotadas para viabilizar a integração regional, adequando o progresso a essa integração, projetando o Estado brasileiro nos cenários regional e internacional como uma liderança. A política externa tem se aproveitado dessas teorias, idéias e análises, e ainda se pautado na atuação da política externa e na diplomacia brasileira no sentido de minimizar os litígios, levando em consideração a origem e a antropologia do povo.

Como conclusão deste trabalho, pode-se afirmar que as teorias estudadas pelos geopolíticos brasileiros (Lysias Rodrigues, Mário Travassos, Meira Matos), consideram importante a teoria sul-americana do “triângulo mágico” boliviano, área de importante pólo de convergência das influências do Atlântico e do Pacífico. Esta teoria, apesar de considerada no presente estudo realizado, no meu ponto de vista, não se aplica atualmente ao contexto sul americano. Na abordagem deste estudo, para alcançarmos o domínio do Subcontinente Austral, é necessário obter o domínio dos dois paradigmas (Bacia Amazônica e Bacia do Prata).

A América do Sul possui duas grandes bacias hidrográficas (Amazônica e Prata), pode-se afirmar que estas bacias são o caminho para o domínio da geopolítica na América do Sul (quem dominar efetivamente as áreas da bacia Amazônica e da bacia do Prata, ou seja, Rio Amazonas, Rio Paraná e seus afluentes dominará a América do Sul), ou seja, quem dominar a Pan-amazônia, terá o controle das regiões Norte e Centro da América do Sul, com saídas terrestres para a região do Caribe e para a região do Oceano Pacífico, já o controle da Bacia do Prata, nos dá todo o controle da região central e sul da América do Sul, como já é feito pelo “corredor de exportação” dos portos do sul e sudeste do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_133/r133-14.PDF>. Acesso em: 08 de jul. de 2009.

CASTRO, Therezinha. **America do Sul: Vocação Geopolítica**. Disponível em: <<http://www.esg.br/cee/artigos/tcastro1.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. de 2009.

CONDURO, Guilherme Frazão. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2009.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normatização de publicações técnico - científicas**. 8.ed., Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, Eduardo. **MERCOSUL: Países Integrantes**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/mercosul-paises-integrantes.htm>>. Acesso em: 15 de abr. de 2009.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil - Geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

_____. **Geopolítica e Modernidade**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2007.

_____. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

_____. **Uma Geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

NYE Jr, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

OLIC, Nelson Bacic. **Conflitos do mundo: questões e visões geopolíticas**. São Paulo: Moderna, 1999.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

RODRIGUES, Lysias. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional**. 3.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVEIRA, Michele. **Altos Estudos Amazônicos**. Disponível em: <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br>>. Acesso em: 30 de abr. de 2009.

STEVAUX, João Batista. **A geopolítica brasileira e sua relação com a América do Sul: reflexos em sua política externa**. 2007. Monografia (Doutorado em Ciências Navais) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. 4.ed., São Paulo: Editora Nacional, 1947.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. 3.ed., São Paulo: Editora Contexto, 2004.

ZENTGRAF, Maria Christina. **Introdução ao estudo da metodologia científica**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2009.